

Operações de Paz nos Anos 90: uma análise da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda sob a perspectiva do *Force Commander* Roméo Dallaire¹

Eric Oliveira Sousa²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), com base na perspectiva do *Force Commander*, Roméo Dallaire, a fim de problematizar a noção de fracasso atribuída à missão. A pesquisa busca responder a seguinte pergunta: a implementação de um Mandato mais robusto para a UNAMIR, do *peacekeeping* ao *peace enforcement*, poderia ter tornado a missão mais eficaz na prevenção ou mitigação do genocídio ruandês de 1994? Como objetivos específicos, propõe-se avaliar a concepção da missão, investigar os fatores que impediram a mudança de Mandato e compreender os limites estruturais e políticos da ONU naquele contexto. A metodologia adotada é o método hipotético-dedutivo, com aplicação do procedimento de *process-tracing*, visando reconstituir a cadeia causal de eventos, decisões e omissões institucionais que condicionaram os desdobramentos da missão. A base teórica fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos das operações de paz, como Paul Diehl, Peter Wallensteen e Juliana Bigatão, além de utilizar como fonte empírica central o livro *Shake Hands with the Devil*, de Roméo Dallaire, e o artigo “The True Measures of Success”, que subsidiam a análise da atuação do comandante em contraste com a inércia do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO). A pesquisa aponta que a atuação de Dallaire revelou alternativas possíveis à postura hesitante da ONU, indicando que a ineficácia da UNAMIR não foi inevitável.

Palavras-chave: UNAMIR, Roméo Dallaire, Genocídio. Operações de Paz, *Peace-Enforcement*.

1. Introdução

Este trabalho pretende analisar a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR) sob a perspectiva do *Force Commander* Roméo Dallaire a fim de contrapor a noção de fracasso da missão. Esta análise busca avaliar o processo de concepção desta operação de paz e as condições para a eficácia dela, bem como considerar as condições observadas pelo comandante³ da missão, em contraposição às concepções do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (DPKO) acerca do conflito em Ruanda. Explorando, também, a possibilidade de que uma mudança de Mandato da missão, de *peacekeeping* para *peace enforcement*, poderia ter prevenido o genocídio, além

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de bacharel no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob orientação do Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá.

² Graduando em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: ericlvrs@gmail.com

³ Em alguns momentos utilizaremos a expressão *Force Commander* para nos referirmos ao comandante da missão.

de buscar compreender por que esta mudança de Mandato não ocorreu, levando em consideração as especificidades do conflito e do contexto da época.

Ao se tratar do genocídio em Ruanda, ocorrido em 1994, é importante considerar este como um dos maiores massacres da era moderna, marcado pelo desastre humanitário que levou ao assassinato brutal de mais de 800 mil pessoas em um conflito civil, cujas condicionantes remontam a colonização europeia no território africano. As proporções deste acontecimento colocaram em voga a eficácia das Nações Unidas e suas operações de paz, revelando inconsistências determinantes para os fracassos das missões ocorridas na década de 1990, expondo a inércia da comunidade internacional diante do crime de genocídio, bem como a falta de instrumentos eficazes para a prevenção de desastres humanitários.

Apesar do afastamento histórico impresso no conflito em Ruanda, é importante olhar para o passado, buscando sintetizar a literatura acadêmica produzida ao longo do tempo sobre determinado episódio, a fim de revisitar os acontecimentos e analisá-los, utilizando-se deste levantamento de novas informações e perspectivas. Desse modo, analisar a implementação da UNAMIR pode servir como instrumento de ilustração do panorama das missões das Nações Unidas nos anos 1990, de modo a compreender um possível caminho para o aprimoramento das missões humanitárias da atualidade, se atendo também a narrativa e reputação destas no atual cenário internacional.

Para que isso seja possível, é necessário adentrar o campo de estudos das operações de paz, considerando tanto seus fundamentos teóricos quanto suas aplicações práticas. Este trabalho se apoia em autores como Paul Diehl e Peter Wallensteen, além da produção acadêmica nacional, com destaque para Juliana Bigatão. No entanto, a base principal da análise é o relato em primeira pessoa de Roméo Dallaire em sua obra *Shake Hands with the Devil*, que oferece uma visão interna da missão. Complementarmente, será utilizado o artigo “The True Measures of Success: Leadership of Roméo Dallaire in the United Nations Assistance Mission for Rwanda”, a fim de examinar as implicações do seu comando.

Se utilizando dos aportes teóricos e históricos mencionados, questiona-se, considerando a perspectiva e atuação de Roméo Dallaire como *Force Commander* da UNAMIR, se a mudança de Mandato de *Peacekeeping* para *Peace Enforcement* poderia ter tornado a missão eficaz em alguma medida?

A principal hipótese dessa pesquisa é de que, apesar de a UNAMIR ser frequentemente considerada um fracasso institucional, o argumento é de que, caso as análises e solicitações por parte do Comandante tivessem sido consideradas e incorporadas, especialmente no que se refere a reformulação dos *Rules of Engagement* e a necessidade de

um Mandato de *peace enforcement*, os resultados da missão poderiam ter sido significativamente eficazes, de modo a mitigar ou até prevenir o genocídio. A atuação de Dallaire pode ser considerada um componente que contraria esta narrativa, considerando a atuação hesitante e limitada por parte da ONU. Para exploração desta hipótese, a pesquisa será estruturada em quatro sessões.

A pesquisa apresenta, inicialmente, o aporte histórico e conceitual sobre as operações de paz, abordando seu surgimento e evolução no âmbito das Nações Unidas desde a Guerra Fria até a década de 1990. Em seguida, analisa-se a concepção e implementação da UNAMIR, incluindo uma breve contextualização histórica das relações entre tutsis e hutus, com o objetivo de evidenciar os fatores étnicos e sociopolíticos que contribuíram para a escalada do conflito e demonstrar como a divergência entre a análise dos organismos internacionais e a realidade em campo comprometeu a formulação de um Mandato adequado à complexidade da crise ruandesa. Por fim, discute-se a atuação de Roméo Dallaire como Force Commander da missão, com base em seu testemunho, enfocando as limitações operacionais, políticas e institucionais impostas pelo DPKO, assim como as condicionantes da década de 1990 que restringiram as operações, a influência da opinião pública sobre as missões de paz e a postura da comunidade internacional, encerrando-se com uma reflexão crítica na conclusão do trabalho.

Para realização da pesquisa, o método hipotético-dedutivo é utilizado, formulando uma hipótese central a partir da observação crítica das condicionantes que envolveram os papéis da UNAMIR e do *Force Commander*. Quanto ao procedimento metodológico, o *process-tracing* é utilizado, uma vez que, de acordo com Henriques, Leite e Teixeira Júnior (2015), o *process-tracing* não apenas verifica a existência de uma relação causal entre variáveis, mas busca demonstrar o modo como tal relação se materializa ao longo do tempo, valorizando o papel de agentes, instituições e conjunturas. O método exige um elevado grau de detalhamento empírico, dado que sua lógica de inferência baseia-se na observação de indícios e na capacidade de rastrear o encadeamento entre causa e efeito.

2. O Advento das Operações de Paz: das missões de observação da Liga das Nações a Comissão de Estado-Maior das Nações Unidas

Quando se explora o conceito de operações de paz, é possível encontrar seus primeiros rastros nos arranjos de segurança coletiva promovidos pelos ideais da Liga das Nações, a qual dotava de funções de observação da paz em territórios de disputa e crises. Essas funções, com o passar dos anos, se tornaram a base para as estratégias tradicionais de

peacekeeping, inicialmente sob a égide de dois artigos do Pacto da Liga. O Artigo 11, autorizava “tomar qualquer ação que possa ser considerada sábia e eficaz para salvaguardar a paz das nações”, enquanto o Artigo 15 dispunha que o Conselho da Liga relatasse informações acerca das disputas e fizesse recomendações sobre como estas poderiam ser resolvidas de forma pacífica (DIEHL, 2008).

A ação da Liga das Nações na disputa do território de Sarre, entre a França e Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, pode ser considerada como uma das primeiras forças internacionais de observação da paz, composta por tropas do Reino Unido e Itália. Pela primeira, vez a Liga nomeou um único *Force Commander* para esse tipo de missão, o General Brind (Grã-Bretanha), que deixou como legado para missões consequentes a recomendação de que estas fossem compostas por tropas de países sem interesse direto no conflito, a fim de garantir a neutralidade das tropas. Reforçando, também, o caráter de dissuasão da missão, ressaltando a força do impacto moral da presença internacional no território em detrimento do uso da força (DIEHL, 2008).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, a Liga das Nações deu lugar a Organização das Nações Unidas (ONU), incorporando em sua Carta mecanismos mais explícitos do que a Liga, no que se refere à resolução de conflitos, os quais foram organizados em capítulos. Com o Capítulo VI tratando da resolução de controvérsias de maneira pacífica por meio da mediação, arbitragem, negociação e investigação, enquanto o Capítulo VII autoriza medidas coercitivas, incluindo sanções, e o uso da força militar em situações nas quais os meios pacíficos se demonstravam insuficientes. Diante disso, é possível observar que as ações neste período, em termos de segurança coletiva, situavam-se entre a diplomacia e o uso da força, até então, sem menções a operações de paz ou de observação (ONU, 1945; DIEHL, 2008).

Apesar dos avanços institucionais apresentados após sua fundação, a ONU enfrentou obstáculos já vividos pela Liga, no que se refere à segurança coletiva. A Comissão de Estado-Maior Militar, idealizada pelo Conselho de Segurança, com o objetivo de coordenar tropas internacionais atreladas a estes mecanismos, acabou se tornando inoperante devido à falta de acordo entre as grandes potências e a prerrogativa de veto. Diante disso, as operações de paz começaram a se desenvolver concomitantemente a influência da Guerra Fria no Conselho de segurança, seguindo a tradição das missões de observação da Liga das Nações devido aos seus resultados bem-sucedidos, como no caso em Sarre, permitindo novas experiências, que ofereceram diretrizes que seriam futuramente adotadas dentro do conceito de *peacekeeping* (DIEHL, 2008).

2.1 Operações de Paz: do tradicionalismo a multidimensionalidade

Os ideais das missões da paz advindos da Liga das Nações foram continuados pela ONU por meio de sua primeira missão de observação, nomeada como Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), estabelecida em 1947, pelo Conselho de Segurança. O Mandato do comitê consistia no monitoramento da interferência estrangeira na guerra civil no território da Grécia, especificamente as alegações de que organizações comunistas da Albânia, Bulgária e Iugoslávia estavam envolvidas no fornecimento de apoio material aos comunistas gregos. No entanto, com a influência da Guerra Fria nas deliberações do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) as recomendações apresentadas pelo comitê não foram adotadas devido ao veto da União Soviética (COULON, 2010; BIGATÃO, 2015).

Diante deste impasse, os Estados Unidos propuseram que a questão do conflito civil grego fosse retirada do escopo do Conselho de Segurança e fosse apresentada à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que instituiu uma nova comissão, em caráter *ad hoc*, com prerrogativas mais amplas, bem como assistência administrativa e logística, marcando a primeira vez em que crachás de identidade e a bandeira da ONU foram utilizadas neste tipo de operação. Além disso, o Secretário-Geral da organização se encarregou da negociação com os quatro governos envolvidos, atuação a qual futuramente passaria ser reconhecida como *status agreement*, dentro do escopo das operações dedicadas ao *peacekeeping*, que se traduz enquanto manutenção da paz. (COULON, 2010).

No entanto, de acordo com a ONU, a primeira operação de paz propriamente dita, foi a Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO), implementada no Oriente Médio, em 1948, após a Primeira Guerra Árabe-Israelense, moldando as características básicas das noções tradicionais acerca das operações de paz. A UNTSO, em conjunto com a missão estabelecidas pelo Grupo Militar de Observação das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP), em 1949, e a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), estabelecida em 1956, durante a Crise de Suez, representam a tríade fundadora da definição tradicional das operações de manutenção da paz (COULON, 2010).

A atuação das Nações Unidas por meio dessas operações acabou ditando precedentes para a manutenção da paz “tradicional”, definindo objetivos em termos de monitoramento de cessar-fogo, tréguas e armistícios, o patrulhamento de fronteiras e zonas de exclusão militar, o apoio a retirada de tropas e acompanhamento de tratados de paz definitivos. Estabelecendo,

também, procedimentos para gerenciar violações isoladas destes acordos, mediação de contato entre as partes conflituosas, desminagem e reabilitação de estradas, transferência de prisioneiros e proteção de minorias. A atuação por meio dessas atividades é guiada pelo Capítulo VI da Carta da ONU, de modo que as operações não se tornem parte do confronto, sendo este um dos princípios fundamentais das operações de paz tradicionais (COULON, 2010. BELLAMY, 2004).

Essa concepção tradicional do mecanismo de manutenção da paz, ou *peacekeeping*, possui uma premissa baseada em três pilares. O primeiro é o consentimento das partes envolvidas no conflito, o que significa que a presença da força de paz depende da autorização dos Estados ou grupos beligerantes; sem esse consentimento, a legitimidade e viabilidade da operação ficam comprometidas. O segundo pilar é a imparcialidade, que exige que os mantenedores da paz não favoreçam nenhuma das partes, mantendo uma postura neutra que contribua para a aceitação e eficácia da missão. Desse modo, o objetivo principal dessas operações de paz tradicionais era colaborar com a criação e manutenção de condições que permitam a condução de resoluções para as partes envolvidas nos conflitos, facilitando a criação de confiança entre as partes beligerantes a fim de criar um espaço para o diálogo político e evitar a reescalada da violência (DIEHL, 2008. BIGATÃO, 2008).

A partir do estabelecimento da UNTSO, da UNMOGIP e da UNEF I, outras nove operações de manutenção da paz foram instituídas entre 1956 e 1978, preenchendo o vácuo deixado pelo impacto da Guerra Fria no Conselho de Segurança, configurando a chamada “Era de Ouro” das operações de paz⁴. É possível notar a predominância do conflito árabe-israelense nas operações, visto que este representou o foco de principal tensão neste período, de modo que, as operações de paz neste contexto serviram como alternativa a intervenção militar direta na região, o que poderia desencadear uma escalada no conflito. (COULON, 2010).

Em contraposição a necessidade de atuação pacífica no conflito árabe-israelense, a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), abriu um novo precedente com a primeira tentativa de transição de Mandato da manutenção da paz, o *peacekeeping*, para a imposição da paz, concebida como *peace enforcement*. Apesar de descrita como um grande fracasso, a missão atingiu seus objetivos, apesar do alto custo, se tornando dotada de características que a tornaram particularmente instrutiva dentro do contexto contemporâneo. Dentre estas

⁴ Essas nove operações envolveram sucessivamente o Líbano em 1958, a República do Congo entre 1960 e 1964, a Nova Guiné Ocidental em 1962 e 1963, o Iêmen em 1963, o Chipre de 1964 até hoje, a República Dominicana em 1965, o Egito e Israel em 1973, as Colinas de Golã de 1974 até hoje e, finalmente, o Sul do Líbano de 1978 até hoje.

características, a missão inaugurou a atuação multidimensional, expandindo os objetivos tradicionais das operações de paz (COULON, 2010. BIGATÃO, 2008).

A partir deste momento, é possível observar uma mudança de paradigma no que se refere às missões de paz, de modo que, aspectos basilares, como o consenso do território em litígio, passaram a ser relativizados, com a implementação de missões em circunstâncias nas quais o consentimento do estado beligerante era ausente, ou impossível, como no caso de estados falidos. Além disso, a imparcialidade também se tornou relativa, com o apoio de missões a governos democráticos em detrimento a grupos rebeldes (DIEHL, 2008. BIGATÃO, 2009).

Vale observar que, a maior mudança dessas operações se debruça acerca do uso da força para além da necessidade de autodefesa, como no caso da ONUC, sendo a primeira operação de paz com Mandato coercitivo aprovado sob o Capítulo VII da Carta da ONU. Com isso, é possível entender que as operações de paz não se definem enquanto modelo único de atuação, mas sim enquanto mecanismo *ad hoc* para mediação de conflitos, visto que estas passaram a deter um caráter multidimensional (DIEHL, 2008. BIGATÃO, 2009).

2.2 Operações de Paz: da década perdida ao cenário Pós-Guerra Fria

Após a “Era de Ouro” das operações de paz, a ONU viveu um período em que nenhuma operação foi implementada, de modo que a década entre os anos de 1979 e 1988 pode ser referida como a “década perdida”. Essa escassez neste período ocorreu devido a fatores como o envolvimento das grandes potências em conflitos como os do Afeganistão e do Panamá, e a persistência das tensões advindas do contexto da Guerra Fria. Apesar deste cenário, o final da década de 1980 reacendeu as iniciativas de operações da ONU, com destaque para a operação estabelecida pelo Grupo de Assistência das Nações Unidas para o Período de Transição na Namíbia (UNTAG), em 1989 (DIEHL, 2008).

Diante disso, a missão se destacou pela introdução de objetivos que passariam a englobar o conceito de *peacebuilding*, visando a construção da paz após a implementação dos acordos que a definiam, incluindo atividades como a supervisão do desarmamento e organização de eleições livres e justas, que ocorreram de maneira bem-sucedida, apesar das dificuldades operacionais enfrentadas e limitação de tropa. Com isso, foi possível notar uma mudança de postura da ONU, complementando o papel de mediação e implementação de acordos, por meio do engajamento ativo na reconstrução institucional dos Estados e no apoio à transição democrática, ações as quais se tornaram modelo para as operações no contexto pós-Guerra Fria (DIEHL, 2008).

A evolução das operações de paz, com caráter multidimensional, foi consolidada a partir da década de 1990, com a queda da União Soviética e a reconfiguração do poder mundial. O cenário internacional no pós-Guerra Fria passou a exigir um modelo de manutenção da paz adaptado a características mais complexas do que aquelas encontradas nos conflitos entre Estados. Isso se deve ao fato de que grande parte dos países vítimas do colonialismo, que viviam sob a tutela das grandes potências, entraram em crises políticas, econômicas e sociais, enquanto os países pós-socialistas se desintegraram formando outros Estados. Esse contexto marcou o deslocamento do foco de conflitos para regiões como o Leste Europeu e o continente africano (BIGATÃO, 2009).

Embora os objetivos tradicionais das operações de paz predominassem no Mandato de boa parte das missões da década de 90, as atividades relacionadas as missões foram se tornando cada vez mais complexas e detalhadas, determinando tarefas como a prestação de ajuda humanitária, a verificação da situação dos direitos humanos no território, e a supervisão de eleições. No entanto, nem todas as operações instituídas nessa época possuíam esse caráter multidimensional, como, por exemplo, a Missão de Observação ao Iraque-Kuait (UNIKOM) e a Missão de Observação em Uganda-Ruanda (UNOMUR), contempladas com os objetivos tradicionais de monitoramento de cessar-fogo, patrulhamento de fronteiras e apoio a retirada de tropas (BIGATÃO, 2009).

Missões como essas foram estabelecidas em meio ao contexto da formulação de um relatório, a ser produzido pelo recém-empossado Boutros Boutros-Ghali (Egito), com objetivo de apontar recomendações para o fortalecimento da capacidade da ONU nas áreas de diplomacia preventiva, promoção da paz e manutenção da paz. Esse esforço resultou no relatório “Agenda para a Paz” (1992), tornando-se um dos principais documentos das Nações Unidas em termos de segurança, documento ao qual definiu conceitualmente técnicas de monitoramento, prevenção e resolução de conflitos, em reflexo ao cenário bélico no contexto pós-Guerra Fria. (BIGATÃO, 2009).

A partir da operacionalização do que foi disposto no documento, eram observadas três formas de atuação da ONU nos conflitos intraestatais vigentes, sendo elas: administração transitória; manutenção da paz não-coercitiva; e imposição da paz. O objeto de análise desta pesquisa foi formulado segundo as disposições acerca da manutenção da paz não-coercitiva, que resultou na Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda, operada inicialmente sob um Mandato multidimensional não-coercitivo (BIGATÃO, 2009).

3.1 Conflito em Ruanda e atuação das Nações Unidas

Ruanda é um dos países com maior densidade populacional do mundo, localizado na África Central, com uma população estimada em 7 milhões de pessoas no início da década de 1990, dividida majoritariamente em três grupos étnicos: os Hútus representando 85% da população, com características de estatura baixa e atarracada; enquanto os Tútsis representavam 14%, altos e esguios, e os Tuás representando 1%, pigmeus. Apesar das diferenças étnicas entre os grupos, a coexistência entre estes ocorreu de forma pacífica, apesar da subordinação monárquica, na qual os Tútsis ocupavam os estratos mais altos do sistema social, e os Hútus os mais baixos, o que, em questão de tempo, se tornou a base para o surgimento de adversidade na região devido ao processo de colonização (WALLENSTEEN, 2006; NAÇÕES UNIDAS, 2025).

A organização social destes grupos, na qual os Hútus eram responsáveis pela agricultura, os Tutsis pela criação de gado, e os Tuás pela caça e cerâmica, permitia que casamentos entre as tribos ocorressem, de modo que, com a miscigenação destes povos, as diferenças físicas se tornaram cada vez menores, ambos adotando os mesmos traços culturais, como língua e religião. A mobilidade social também era possível, de maneira que um Hutu, ao adquirir uma grande quantidade de gado, poderia ser assimilado a um Tútsi, enquanto Tútsis empobrecidos acabam se tornando Hutus. Em consequência disso, com o tempo, as denominações dos grupos étnicos passaram a representar uma característica de *status*, em detrimento as diferenças físicas que os diferenciavam. (NAÇÕES UNIDAS, 2025)

Com a extensão do imperialismo europeu ao final do Século XIX e a Conferência de Berlim (1884-1885), o continente africano se viu dividido em meio aos processos de colonização, de modo que, o território ruandês se viu sob a tutela da Alemanha até 1916, quando esta, derrotada em guerra, perdeu seus direitos aos territórios africanos. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Ruanda se tornou colônia da Bélgica, mantendo o governo indireto instaurado anterior, no qual os Tútsis haviam sido incorporados a estrutura de domínio colonial enquanto grupo governante. Essa determinação pode ser considerada como a “faísca” inicial para uma eventual crise política, uma vez que a maioria substancial da população era composta por Hútus. (CLAPHAM, 1998. NAÇÕES UNIDAS, 2025)

O controle belga passou a registrar a etnia dos grupos em documentos oficiais, enquanto reservava as posições de poder aos Tútsis, transformando as identidades sociais dos grupos numa categorização fixa e hierarquizada, o que acabou criando um sistema de exclusão institucionalizada dos Hútus. Com isso, o sistema educacional, político e econômico passou a privilegiar os Tútsis, e a disseminar ideais discriminatórios contra os Hútus, alimentando a segregação entre os grupos e escalando as tensões sociais, situação a qual

perdurou até metade do Século XX. Diante deste cenário, os Hútus se organizaram ideologicamente, a fim de promover ideais entre si que lhes permitissem desafiar o grupo dominante (CLAPHAM, 1998).

A política de segregação advinda da influência belga pavimentou o caminho para a Revolução Ruandesa, que marcou o processo de independência do território, moldado por disputas étnicas, sociais e políticas em um contexto de transição colonial e promessas de democratização, demandadas, inclusive, pelas Nações Unidas, diante dos ideais de independência de territórios colonizados após o fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a introdução de eleições locais sob supervisão belga, favorecia os Tútsis, reforçando seu domínio político, a fim de manter o *status quo* no território, o que reforçou a construção de uma identidade coletiva entre os Hutus, que se aproveitaram das contradições do sistema político para mobilizar as massas rurais, politizando as queixas da população, transformando a insatisfação social em um movimento étnico liderado pelos *Hutus Évolués*, uma elite letrada e com consciência política (BACHMANN, 2023).

Diante da organização política do grupo, e considerando as pressões internacionais pela descolonização e democracia, o alinhamento belga foi recalculado a partir da década de 1950, a fim de preservar a influência do país na comunidade internacional, de modo que, os Hútus, passaram a ser enxergados como uma aliança benéfica para manter sua presença indireta no país. Essa mudança ocorreu devido ao fato de que os Tutsis e suas elites tradicionais, influenciadas pelos resquícios da dominação alemã, demonstravam tendências mais radicais e anti-coloniais, pois acreditavam no ideal de uma elite “natural”, que descendia de povos caucasianos, e por isso eram superiores aos Hútus. Enquanto os Hútus, que passaram a dotar do apoio belga, propunham um caminho gradual e moderado para o fim da monarquia, buscando limitar a influência tutsi (BACHMANN, 2023).

Assim sendo, observa-se que a luta pela independência em Ruanda não representava uma luta contra o colonialismo europeu, como no restante do continente, mas sim uma disputa interna de poder entre grupos étnicos com narrativas distintas e irreconciliáveis, que instrumentalizavam o discurso anti-colonial ao seu favor. Neste contexto, a morte súbita, e suspeita, do Rei Tutsi Mutara III, em 1959, escalou ainda mais as tensões, acelerando o colapso da monarquia vigente, culminando na Revolução de Ruanda, que disseminou a violência étnica por parte da revolta hútu, resultando na morte de centenas de tutsis, levando ao exílio de milhares deste aos países limítrofes, especialmente para Uganda, estabelecendo um padrão de conflito entre os dois principais grupos étnicos do território ruandês (CLAPHAM, 1998. NAÇÕES UNIDAS, 2025).

Alcançada a independência de Ruanda, a revolução terminou em 1962, com a consolidação da liderança Hútu no poder, que, em contrapartida, resultou na manutenção de um sentimento de identidade nacional cada vez mais forte entre os tutsis exilados, que, mais tarde, fomentaram organização de repetitivas tentativas de retorno ao território ruandês por meios bélicos. Tal movimentação provocou sucessivos massacres por parte do governo Hútu em forma em retaliação as investidas Tutsi, ampliando o ciclo de violência e deslocamento. Além disso, a repressão por parte do regime Hútu, institucionalizou a discriminação sistemática e um controle social rígido contra os Tutsis, de modo que, ao final dos anos 1980, o número de refugiados ruandeses chegou a quase meio milhão de Tutsis, intensificando pressões que permitissem o retorno do grupo ao território (CLAPHAM, 1998).

Diante desta dinâmica, os Tutsis exilados se mobilizassem contra dominação Hútu, levando a formação da Frente Patriótica Ruandesa (RPF), em 1988, como resposta ao expurgo, visando garantir o retorno dos refugiados, bem como a promoção de reformas políticas. Em 1990, a RPF consagrou a invasão de volta ao território ruandês por meio da fronteira com Uganda, visando a derrubada do governo repressivo, liderado agora pelos Hútus, o que causou a eclosão de uma guerra civil. Com isso, o exército do governo ruandês vigente, mediante a assistência militar da França, cercou a RPF de volta a fronteira durante o primeiro mês de combate. Em seguida, no ano de 1991, a RPF adotou a estratégia de guerrilha, se utilizando de emboscadas, sabotagens e ataques surpresa, visando o desgaste no enfrentamento ao então governo ruandês, conquistando uma posição substancial no território em Ruanda (HUMAN RIGHTS WATCH, 2025).

3.2 Acordos de Arusha e a concepção da UNAMIR

Diante do envolvimento indireto de países como a França, Uganda, o conflito passou a adquirir um caráter internacionalizado, recebendo atenção da Organização da Unidade Africana (OUA), que reconheceu a necessidade de um cessar-fogo entre as frentes conflituosas. Tal movimentação levou ao reconhecimento internacional da RPF como um ator legítimo no conflito, diante da intensificação dos combates, especialmente com a ofensiva em 1993, que quase alcançou a capital de Ruanda, Kigali. Além disso, o apoio militar da França na contenção do avanço da RPF, expôs as fragilidades do exército ruandês, num contexto em que a situação do Governo de Habyarimana se tornava cada vez mais complexa, com o surgimento de divisões internas e a crescente pressão internacional por uma solução negociada (CLAPHAM, 1998. HUMAN RIGHTS WATCH, 2025).

Diante da natureza cada vez mais complexa da situação, a França, preocupada com a reputação no cenário internacional, passou a se retirar progressivamente do conflito, visando escapar de acusações de apoio a um regime envolvido em possíveis violações de direitos humanos. Com isso, apoiada pela pressão internacional para o estabelecimento de um cessar-fogo, a França passou a defender uma solução multilateral para o conflito, com as negociações de paz sendo iniciadas formalmente na cidade de Arusha, na Tanzânia, mediadas pela OUA. Em 1992, o então presidente, General Habyarimana, assinou o primeiro protocolo do Tratado de Paz resultante dos acordos de Arusha, anunciando que, do momento em diante, o país estaria aberto para uma redemocratização multipartidária (CLAPHAM, 1998. HUMAN RIGHTS WATCH, 2025).

Com o avanço das negociações em direção ao objetivo de iniciar um processo de pacificação no território, os Acordos de Arusha finais foram assinados, demandando a formação de um governo de transição multipartidário em Ruanda, com a inclusão da RPF, representando o primeiro marco na tentativa de resolução de conflito, selado em agosto de 1993. Além disso, o acordo também discorria sobre a aceitação de um Protocolo de Repatriação para Refugiados, bem como a integração das Forças Armadas de Ruanda, pressupondo a existência de um ambiente minimamente estável, em que ambas as partes estariam dispostas a contribuir com o cessar-fogo. No entanto, apesar de declaradas tais condições, a verificação das mesmas era difícil de modo que ambos os lados continuavam se preparando para novos combates (CLAPHAM, 1998; HUMAN RIGHTS WATCH, 2025).

Frente a este cenário permeado por incertezas, para que os acordos pudessem ser cumpridos em sua totalidade, a Organização das Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança, por meio da Resolução 872/1993, verificou a necessidade de criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), assim, estabelecendo uma força internacional neutra. A resolução dispunha que a missão atuasse por um período inicial de seis meses, sujeita à revisão, podendo ter continuidade até a implementação das eleições demandadas pelos Acordos de Arusha, prevista até 1995, mediante a relatórios periódicos sob a supervisão do Secretário-Geral da ONU. Além disso, a resolução também previa a integração da Missão de Observação das Nações Unidas para Ruanda e Uganda (UNOMUR) (NAÇÕES UNIDAS, 2025).

A decisão do envio de uma missão de *peacekeeping* para o conflito intraestatal em Ruanda partiu da responsabilidade do Conselho de Segurança diante da análise de dois principais fatores: o conflito representa uma ameaça à paz e à segurança internacional ou regional, e se os países-membros do conselho estão dispostos a agir diante do conflito. Diante

disso, como observado a seguir, a missão foi concebida conforme as premissas da segunda geração de operações de paz, com um Mandato direcionado pelo Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, o que significava que a missão não dotava de autorização do uso da força para cumprir seu Mandato (BACCI, 2023).

O texto da resolução definiu um Mandato amplo, com oito frentes de atuação: a) contribuição para a segurança da capital Kigali; b) supervisão do cessar-fogo e dos processos de desmobilização; c) monitoramento do período de transição política até o estabelecimento de eleições democráticas; d) auxílio em operações de remoção de minas; e) verificação da integração de forças armadas e investigação de violações do acordo; f) acompanhamento do retorno de refugiados e deslocados internos; g) apoio à coordenação de ajuda humanitária, h) fiscalização das atividades da polícia e paramilícias. No entanto, tais disposições denotaram uma abordagem excessivamente cautelosa por parte das Nações Unidas, em um contexto que futuramente demonstraria a necessidade de uma assertividade maior na concepção da missão. (NAÇÕES UNIDAS, 2025)

A implementação da missão foi planejada para ser realizada de forma progressiva, em quatro fases. A primeira consistiria no estabelecimento de uma força avançada, composta por 25 militares, 18 civis e três policiais civis, visando assegurar a capital Kigali, estabelecendo condições para implementação segura do Governo de Transição, com previsão de duração para 90 dias. Além disso, durante esta fase, ocorreria a integração da UNOMUR e do Grupo de Observadores Neutros da OUA (NMOG), totalizando o número efetivo militar de 1.420 integrantes na UNAMIR. Ao final da segunda etapa, que duraria 90 dias, este número aumentaria para o total de 2.548, objetivando o desengajamento, a desmobilização e a integração das forças armadas entre as partes conflituosas (KHADIAGALA, 2001).

Para a terceira fase, fora estimada uma duração de nove meses, nos quais a missão deveria concluir o processo de integração das forças, assim, reduzindo seu contingente para aproximadamente 1.240 integrantes. Já na fase final, prevista para quatro meses de duração, a missão prestaria apoio na garantia de um ambiente seguro para que as eleições fossem realizadas, reduzindo os integrantes da missão a 930 militares. Além disso, a missão estava condicionada a relatórios de verificação sob a demanda de avanços substanciais na implementação dos Acordos de Arusha. De modo geral, a missão possuía característica modesta, diante da complexidade do conflito, e otimista, em relação à existência de um ambiente pacífico de plena cooperação entre as partes, em dissonância com o cenário de crescente instabilidade na região (KHADIAGALA, 2001).

A partir do momento de sua implementação, a UNAMIR era composta por forças militares e observadores civis advindos de Bangladesh, Bélgica, Gana e Tunísia, a fim de garantir uma presença neutra na região. Para o alto escalão da missão, o canadense General Roméo Dallaire foi designado para o cargo de *Force Commander*, enquanto o diplomata camaronês Jacques-Roger Booh-Booh, representante especial do Secretário-Geral da ONU, que se ocupava anteriormente com as negociações em Arusha, foi escalado como Chefe Civil e Geral da missão. A dinâmica entre ambos foi marcada por tensões desde o início da missão, uma vez que, devido ao atraso na instalação do escritório em Ruanda, designado a Booh-Booh, a liderança da missão acabou sendo assumida por Dallaire durante o período inicial, gerando uma lacuna entre os comandos civis e militares ao longo da missão (KHADIAGALA, 2001).

4. Condicionantes, limitações e a perspectiva do *Force Commander* no terreno

Como já mencionado anteriormente, a concepção da UNAMIR ocorreu em um contexto marcado pelo fim do período bipolar na arena internacional. Nesse sentido, as dimensões humanas e sociais passaram a ser incorporadas nas concepções tradicionais da segurança estratégico-militar, abrindo caminho para articulação dos direitos humanos mediante as crises humanitárias resultantes da violência intraestatal, cada vez mais recorrente em países em desenvolvimento. Diante deste cenário, no início da década de 1990, era comum que meios de comunicação e organizações não-governamentais se utilizassem da circulação de imagens de populações desnutridas, campos de refugiados e crianças-soldados, a fim de sensibilizar a comunidade internacional e constituir uma opinião pública acerca de tais temáticas, para que houvesse uma cobrança em relação as grandes potências de uma resposta a este cenário (BIGATÃO, 2009).

A circulação destes cenários levou ao crescimento da pressão internacional e da sociedade civil para que os governos e grandes potências se posicionassem de acordo com as atrocidades que aconteciam ao redor do mundo. Desse modo, graças as campanhas *anti-apartheid*, a expansão dos direitos humanos e ao fortalecimento do multilateralismo, estes conflitos passaram a vigorar como pautas e ter devida atenção. Essa movimentação foi nomeada como “Efeito CNN”⁵, como referência aos canais de televisão que se ocupavam da cobertura de guerras civis, especialmente na Somália, na ex-Iugoslávia e em Ruanda. (BIGATÃO, 2009).

⁵ termo alcunhado por Peter Viggo Jakobsen, em seu artigo “*National Interest Humanitarianism or CNN: what triggers UN peace enforcement after the cold war?*”

Além disso, o desenrolar concomitante de experiências de *peace-enforcement* neste contexto, especialmente no caso da Somália, com a Operação das Nações Unidas para Somália I e II (UNOSOM), e a Força Tarefa Unificada (UNITAF), bem como da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), na antiga Iugoslávia, afetaram diretamente a concepção e expectativas para a UNAMIR, ainda que de maneira dissonante. No caso da Somália, entre junho e outubro de 1993, os confrontos em Mogadishu, sob o Mandato do Capítulo XII, resultaram na morte de 24 soldados paquistaneses e de 17 soldados estadunidenses. Enquanto isso, no mesmo ano, a UNPROFOR atingia o contingente de 35.000 soldados, sendo considerada uma das maiores missões de paz até então (HODZIC, 2013).

Diante das dificuldades destas missões, era esperado que a missão em Ruanda pudesse ser bem-sucedida, no entanto, estas mesmas falhas, impuseram limitações em termos de *Rules of Engagement* e do Mandato da missão. Apesar de todo o contexto circundante da situação ruandesa, grande parte do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO), responsáveis pelo planejamento, preparação, gerenciamento das operações de paz da ONU, enxergava na UNAMIR uma oportunidade de reconstruir a confiança e reputação das operações de paz. Corroborando com esta ideia, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, se pronunciou a cerca de Ruanda enquanto um “local de experimento único em diplomacia preventiva” com a missão sendo o primeiro passo para evitar a guerra, e que este “experimento” estaria à beira do sucesso (DEVONSHIRE, 2012).

Este otimismo se estendia ao Chefe Civil e autoridade máxima da missão, Booh-Booh, diante do comprometimento do mesmo com a estrutura dos Acordos de Paz de Arusha, confiante de que o principal caminho para o sucesso da missão era a manutenção da confiança de todas as partes signatárias do acordo. Booh-Booh era abertamente pró-Hútu, e seu tom otimista em relação à situação, alegadamente objetivava fornecer cobertura para as futuras ações de extremistas Hutus. No entanto, a cadeia de confiança na missão encontrou em Dallaire, General e *Force-Commander* da missão, o questionamento das condicionantes para o sucesso da missão (MELVERN, 2000. DEVONSHIRE, 2012).

4.1 Roméo Dallaire e as responsabilidades frente a UNAMIR

Em junho de 1993, Dallaire foi designado como *Chief Military Observer* na UNOMUR, em Uganda, comandando um pequeno contingente de apenas 81 militares

desarmados, e posteriormente assumiu o posto de *Force Commander* na UNAMIR (BONIKOWSKY, 2008. DEVONSHIRE, 2012).

Os postos de *Chief Military Observer* e de *Force Commander*, ambos ocupados por Dallaire nestas missões, podem ser designados pelo Secretário-Geral da ONU como responsáveis gerais enquanto *Head of Mission* em missões de natureza estritamente militar, o que não foi o caso na UNAMIR. Nesta missão, Dallaire, enquanto *Force Commander*, era subordinado ao controle do *Head of Mission* e as principais responsabilidades do cargo designado a Dallaire ocorrem dentro do escopo do controle operacional de todas as forças militares da missão, incluindo o planejamento, comando e coordenação de operações militares, em conformidade com o Mandato vigente da missão (UNITED NATIONS, 2008).

Além disso, o *Force Commander* também possui papel central no alinhamento das operações militares com os objetivos políticos estabelecidos pelo *Head of Mission*, representante da liderança civil da missão, de modo que ambos devem atuar de maneira estreitamente coordenada, visando assegurar a coerência entre a ação militar e os objetivos diplomáticos e humanitários da missão. Dentre estas responsabilidades, o posto também deve garantir, fiscalizar e promover a conduta ética por parte das tropas da missão, assegurando a conformidade com o Mandato da missão na atuação, bem como garantindo que estes estejam aptos a responder de maneira adequada a violações de direitos humanos, quando o Mandato da missão permitir (NAÇÕES UNIDAS. 2013)

4.2 Do DPKO a atuação em campo

Apesar de pouco ter ouvido falar sobre Ruanda antes das missões, Dallaire, em seu primeiro contato com a situação de Ruanda, como relatado em seu livro “*Shake Hands with the Devil*”, denota seu comprometimento ao encabeçar a missão de observação, da qual sua primeira impressão foi de que havia uma complexidade maior do que a relatada pelo DPKO, reconhecendo a UNOMUR como uma oportunidade de aprender em primeira mão sobre a natureza mutável dos novos conflitos no mundo pós-Guerra fria. Por coincidência, Dallaire era bilíngue e, durante a escolha para oficial militar assistente para a missão, fazia questão que este também falasse inglês e francês, tendo conhecimento de que o povo de Ruanda falava francês, e a RPF falava inglês, no entanto, nenhuma das opções atendia tal critério (DALLAIRE, 2004).

Enquanto se preparava para a tímida missão de observação que ocorria concomitantemente as negociações em Arusha, Dallaire se inteirava de conversas paralelas sobre Ruanda na sede do DPKO, que diziam sobre a possibilidade do estabelecimento de uma

missão mais robusta, conseguinte a UNOMUR, como uma chance de reganhar a confiança das grandes potências nas operações de paz da ONU. No entanto, de acordo com Dallaire, o real interesse na concepção de uma missão capaz de tal feito era mínimo, restrito apenas a França e a Bélgica, tendo conhecimento de que o Departamento de Defesa do Canada desacreditava de que a região dos Grandes Lagos da África Central poderia se tornar uma prioridade. Enquanto isso, Dallaire recebia informações de que as negociações em Arusha avançavam a ponto de logo firmarem um acordo, que possivelmente seria implementado pela OUA ou pela ONU por meio de uma missão de assistência (DALLAIRE, 2004).

Ao se reunir com os membros responsáveis pela *reconnaissance mission* em Ruanda, no início de agosto 1993, após a assinatura dos Acordos de Arusha, Dallaire se deparou com uma equipe despreparada, que desconhecia informações básicas sobre o contexto ruandês. O observador político e chefe da missão de reconhecimento, Macaire Pénadou, se demonstrou incapaz de apresentar um plano de ação consistente. A partir deste momento, ficou claro para Dallaire que o DPKO travava a implementação de uma missão para Ruanda como uma operação de menor importância, uma vez que o foco estava sendo direcionado para as missões em curso na Bósnia, Somália e Haiti. Apesar do desinteresse institucional, Dallaire continuou firme com a estruturação de um plano viável para a missão. (DALLAIRE, 2004)

Ao final de agosto, Dallaire reuniu sua equipe visando a formulação de três alternativas para as operações, todas baseadas no Capítulo VI da Carta da ONU. A estimativa das missões técnicas apontava a necessidade de uma força inicial de 8,000 efetivos, reduzida para o “ideal recomendável” de 5.500, divididos em três batalhões de 800 para compor a zona desmilitarizada, dois batalhões de 800 dedicados a segurança em Kigali e 350 militares observadores desarmados percorrendo o país enquanto fluxo de informação, com o adicional de suporte logístico completo, incluindo helicópteros, veículos blindados, hospital e afins. A próxima alternativa correspondia opção “razoável e viável”, com uma força de cerca de 2.500 efetivos, apesar desta opção apresentar mais riscos, era provável que fosse aprovada (DALLAIRE, 2004).

Já a opção final, visava atender os requisitos apresentados pelos Estados Unidos, França e Rússia, cujos embaixadores insistiam que a missão poderia operar com uma força de apenas 500 a 1.000 homens. Para contrapor a inviabilidade dessa estimativa, o rascunho desta opção foi elaborado com foco em todos os riscos que uma missão deste porte enfrentaria diante do contexto do conflito. Após a definição das estimativas para a missão, em um encontro com uma das partes mediadoras das negociações em Arusha, representada pelo então Presidente da Tanzânia, Ali, Hassan Mwinyi, as avaliações de Dallaire foram julgadas

razoáveis para a situação, e a data para o estabelecimento da missão de assistência para o acordo de paz, 10 de Setembro, foi justificada por Mwinyi como sendo o melhor momento para implementação, pois marcava o início do ano letivo da temporada de plantação (DALLAIRE, 2004).

Ao fim de sua visita a Ruanda, Dallaire retornava à sede da ONU em Nova Iorque com um senso de urgência, com o primeiro prazo dos Acordos de Arusha a seis dias de distância, confiando ter produzido um plano sólido, equilibrando as dimensões políticas, militares e humanitárias, acreditando também ter obtido apoio das partes envolvidas na mediação do conflito. No entanto, essa percepção durou pouco, de modo que, apesar da urgência comunicada ao DPKO diante dos relatórios, o departamento afirmou que o processo para aprovação e implementação de uma nova missão levaria, no mínimo, três meses. O cenário no qual Dallaire se encontrava, revelava uma disparidade entre a avaliação em campo e a burocracia institucional, que colocaria em risco o sucesso da missão nos meses a seguir (DALLAIRE, 2004).

Baril orientou que o plano fosse modesto e de baixo custo, deixando claro que não havia interesse em propostas que demandassem muitos recursos ou efetivo militar. A preocupação central não era a elaboração de uma estratégia fiel à realidade do terreno, mas sim a formulação de algo que o Departamento de Operações de Paz da ONU pudesse apresentar de forma viável aos Estados-membros. Dessa forma, a missão já nascia condicionada por limites políticos e financeiros, em detrimento das necessidades operacionais reais, antecipando as fragilidades que marcariam a atuação da UNAMIR (Dallaire, 2004, p. 81, tradução nossa).

Diante da indisposição do DPKO em relação às demandas solicitadas a partir das missões de reconhecimento, Dallaire se conformou que a missão se realizaria por meio da opção “razoável e viável”, com cerca de 2.500 militares, ausentes de uma equipe própria de comunicação e de uma estrutura militar robusta, com uma pequena equipe civil. A Bélgica foi o único país a manifestar uma disposição concreta ao colaborar com a missão, revelando o escasso apoio no plano internacional em termos políticos e logísticos, mesmo diante do *lobby* insistente por parte de Dallaire. [Potências como os Estados Unidos e o Reino Unido se preocupavam com o orçamento, demonstrando desinteresse na missão, o que se estendia inclusive ao Canadá, que apesar do apoio, vetou o envio de tropas para a missão, evidenciando o isolamento da atuação de Dallaire até mesmo dentro de sua própria estrutura estatal (DALLAIRE, 2004).

Nenhum país, além da Bélgica, havia se disponibilizado. Ruanda não figurava no radar internacional como uma área de interesse estratégico — carecia de recursos naturais relevantes e de importância geopolítica. Mesmo que a missão viesse a ser bem-sucedida, como se acreditava na época, não haveria ganhos políticos

significativos para os países participantes; o único beneficiado em termos internacionais seria a própria ONU (Dallaire, 2004, p. 83, tradução nossa).

Deste ponto em diante, Dallaire passou a refletir sobre as verdadeiras razões que impediam a colaboração com uma missão de *peacekeeping* considerada pequena, que caso bem-sucedida, poderia ser uma vitória para a ONU, visto que as missões nos Balcãs e na Somália conseguiam suporte de tropas e equipamentos, que na percepção do *force commander*, Ruanda não figurava como uma região de interesse estratégico, em termos geográficos, recursos naturais e de retorno político para a maioria das grandes potências. Além disso, Dallaire reconhecia a hipocrisia nos discursos públicos dos membros do Conselho de Segurança em defesa de uma atuação eficaz da ONU, utilizando-a como “bode expiatório” diante de fracassos na segurança internacional. Dallaire também observava com desconfiança o isolamento no contexto de concepção da missão, questionado se essas potências já tinham consciência dos riscos e obstáculos que poderiam levar a missão ao fracasso (DALLAIRE, 2004).

Pode-se aferir que o contexto de falta de apoio e informações operacionais básicas por parte das potências, e a recusa em compartilhá-las, fez com que Dallaire temesse que ele e sua equipe se encontrassem sozinhos, em um limbo, caso precisassem de ajuda em campo. No entanto, mesmo diante das dificuldades que prenunciava momentos desafiadores, Dallaire deu continuidade aos preparativos logísticos para a missão, e enquanto se preparava deixar Nova Iorque para assumir a UNOMUR em campo, sugeriu que sua sucessora fosse nomeada enquanto Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda, enfatizando o caráter assistencial da operação com o “para” ao invés de “em” Ruanda. Em suas instruções finais no DPKO, Dallaire foi incumbido de colocar a UNOMUR em funcionamento, e permanecer pronto para seguir rapidamente para Kigali, caso a UNAMIR fosse aprovada (DALLAIRE, 2004).

4.3 A UNAMIR e a conspiração nos bastidores

No dia 5 de Outubro de 1993, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a UNAMIR, em acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU, com o objetivo de assegurar os Acordos de Arusha entre o Governo de Ruanda e a Frente Patriótica de Ruanda (RPF). Dois dias antes, 18 soldados estadunidenses morreram na batalha de Mogadíscio, sob a Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM), de imediato causando corte de gastos e

limitando as responsabilidades da UNAMIR. No dia 21 do mesmo mês, enquanto Dallaire e sua equipe se preparavam para deixar Uganda, um Golpe de Estado foi deflagrado em Burundi, com o assassinato do Presidente Hútu, Melchior Ndadaye, por soldados Tutsis, trazendo ainda mais complexidade para a frágil situação política em Ruanda (HAMILTON, DALLAIRE).

Diante do contexto instável e a urgência da missão, Dallaire deu início a formalização de duas estratégias iniciais, o plano para a primeira fase da missão e as *Rules of Engagement*. Ambos os documentos foram enviados para o DPKO em Nova Iorque e para os países que contribuíram com tropas na missão, no entanto, Dallaire nunca obteve um retorno formal da ONU, apenas da Bélgica e do Canadá com preocupações pontuais que foram ajustadas. Dallaire subentendeu o silêncio por parte da ONU como aprovação das regras de engajamento. No dia 17 de novembro, Dallaire inaugurou o quartel-general da missão, com a presença do Presidente, com o objetivo de demonstrar a presença da missão por meio do apoio público das lideranças e recuperar o tempo perdido na primeira fase (DALLAIRE, 2004).

Agendei a inauguração oficial da sede da missão para o dia 17 de novembro. Estava acelerando o cronograma — meu contingente belga só chegaria dois dias depois, e teria que contar com os observadores militares para acompanhar os eventos —, mas era fundamental garantir visibilidade diante da imprensa local e internacional. Estávamos atrasados em relação aos objetivos da primeira fase, e eu queria sinalizar que estava disposto a recuperar o tempo perdido. Finalmente, o presidente Habyarimana, que não havia se reunido comigo desde minha chegada a Kigali, demonstrava disposição para aparecer publicamente em apoio à UNAMIR (Dallaire, 2004, p. 110, tradução nossa).

Apesar do ambiente de colaboração, no dia seguinte a cerimônia, a missão se deparou com relatos de uma série de assassinatos brutais na fronteira da zona desmilitarizada ao norte de Ruhengeri. Foram 21 mortos, dois feridos e dois desaparecidos, incluindo homens, mulheres e crianças, com ligação ao partido do governo e candidatos a eleições locais. A mídia local atribuiu imediatamente os assassinatos a RPF, enquanto Dallaire suspeitava de uma tentativa deliberada de desestabilização. A investigação estabelecida pela missão não chegou a resultados conclusivos, fazendo com que grupos extremistas acusassem a missão de apoio a RPF. Dallaire se encontrou desamparado de tais acusações, contando com a chegada em breve de seu assistente Brent Beardsley e do *Head of Mission*, Jacques-Roger Boo-Booh, para lidar com a ameaça da credibilidade da missão (DALLAIRE, 2004). PAG 129

A missão, de acordo com o Mandato, tinha como uma de suas principais tarefas o monitoramento de armas ilegais, no entanto, esta situação demonstrou a deficiência na capacidade de investigação da operação. Estes assassinatos poderiam ser os primeiros

indícios de que as partes signatárias dos acordos de Arusha não tinham interesse em firmar um cessar-fogo, de modo que as frentes beligerantes continuavam a se organizar para o combate. Além disso, chegada de Booh-Booh em Ruanda foi marcada por um aumento de relatos de tiroteios e assassinatos ao redor do país. A missão se dedicou a investigar o assassinato e desaparecimento de crianças hútus em uma vila perto das Montanhas de Virunga, logo encontrando o corpo destas estuprados e estrangulados até a morte. (DORN ET AL, 1999; DALLAIRE, 2004)

Um informante da equipe local suspeitava que a RPF tivesse cometido o crime, no entanto, Dallaire desconfiava que este era um espião das Forças do Governo de Ruanda (RGF, sigla em inglês) infiltrado na missão, uma vez que não havia vantagem tática para a RPF em cometer um crime tão brutal em uma vila tão remota, com rastros tão evidentes, levantando o questionamento de uma terceira força poderia ter cometido o crime apenas com a intenção de culpar a RPF, fomentando propagandas cada vez mais extremistas. Enquanto isso, a missão caminhava na tentativa de negociar áreas com segurança de armas, para se preparar para a operação “*Clean Corridor*”, uma iniciativa com o objetivo de permitir uma passagem segura dos soldados da RPF até Kigali, em busca de facilitar o estabelecimento do governo transicional, tarefa a qual seria desafiadora, uma vez que a Bélgica proibiu o uso de suas tropas em qualquer tipo de controle de multidão (DALLAIRE, 2004).

Enquanto a missão operava no limite de sua capacidade, no dia 3 de Dezembro de 1993, Dallaire recebeu uma carta assinada por um grupo de oficiais superiores da RGF, que informava que pessoas próximas ao Presidente de Ruanda planejavam sabotar o processo de paz, com consequências potencialmente devastadoras, informação a qual se provaria o ato de abertura do massacre de Tútis à espreita. Diante deste possível cenário, Dallaire passou manter encontros discretos com um representante do grupo de caráter moderado dentro do aparato militar da RGF. Além disso, ele também garantiu, por meio de Paul Kagame, que a RPF fosse informada da existência destes oficiais moderados, idealizando uma cooperação entre ambas as frentes (DALLAIRE, 2004)

Diante dos sinais de conspiração e da escalada e assassinatos políticos, Dallaire decidiu montar um pequeno grupo de inteligência extraoficial, fora do organograma da missão, custeada por ele, visto que, diante de tais ameaças, era insustentável a dependência da boa vontade das partes conflituosas para obtenção de informação, como manda o escopo da missão sob o Mandato do Capítulo VI. Em pouco tempo, o grupo se deparou com informações alarmantes, como o envolvimento de para-comandos da RGF nos massacres ocorridos em novembro, detectando também a existência de esconderijo de armas na cidade

natal do Presidente Habyarimana, informações as quais insinuavam o planejamento de algo hediondo nos bastidores da organização do governo transicional (DALLAIRE, 2004).

Criei uma unidade de inteligência com apenas dois oficiais, sob o comando do capitão belga Frank Claeys, com o apoio do capitão senegalês Amadou Deme. Embora meu Mandato, conforme os princípios do Capítulo Seis, previsse que todas as informações deveriam vir da boa vontade das partes anteriormente em conflito, a escalada de mortes com conotações políticas tornava inviável depender exclusivamente desses grupos. Como a existência da equipe não era oficialmente autorizada, tive que custear a unidade com recursos próprios (Dallaire, 2004, p. 121, tradução nossa).

Ao se deparar com uma ameaça cada vez mais concreta diante das novas informações do grupo de inteligência, Dallaire se reportou ao *Head of Mission*, Booh-Booh, com a proposição de implementar uma operação para localizar e confiscar os depósitos de armas identificados, no entanto, a reação de Booh-Booh foi inesperada. Com medo de que ações ofensivas contra as partes vinculadas aos acordos pudessem comprometer o frágil processo político em curso, Booh-Booh proibiu a operação, e Dallaire enquanto subordinado acatou a decisão. A partir deste ponto, Booh-Booh, que até então parecia demonstra total desconhecimento do contexto em Ruanda, passou a se tornar um obstáculo direto para o avanço da missão na perspectiva de Dallaire (DALLAIRE, 2004).

Tal percepção se concretizou durante a visita do Sub-Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no início de dezembro de 1993, em uma reunião com o Presidente Habyarimana, com as partes dos Acordos de Arusha. A reunião, convocada por Booh-Booh, representava um encontro político decisivo diante do cenário que se instalava em Ruanda, e apesar da importância, foi organizada às pressas, sem segurança, sem tradutores e sem infraestrutura adequada, o que acabou recaindo sobre Dallaire, que se viu obrigado a atuar como intérprete da reunião por 5 horas, impedido de monitorar a segurança do local. Enquanto isso, Booh-Booh adotou uma postura neutra e protocolar, ao invés de afirmar o papel independente das forças moderadas, deixando com que o debate se transformasse em trocas de acusações mútuas e reafirmações vazias acerca dos acordos (DALLAIRE, 2004).

Após a reunião, a missão deu início aos preparativos finais para a operação “*Clean Corridor*”, dedicada a implementar o Acordo da Área Segura de Armas de Kigali (KWSA), conduzida no dia 28 de dezembro, marcando o maior sucesso tático da missão, que proporcionou o monitoramento efetivo e seguro do deslocamento do batalhão da RPF e sua liderança política para a capital Kigali. A movimentação foi recebida em um raro momento de euforia compartilhada entre a população na capital. Tal êxito consolidava a base para a

finalização da primeira fase da missão e implementação do governo de transição. Entretanto, o episódio demonstrou a capacidade UNAMIR em articular uma operação de alta complexidade, mesmo diante de limitações logísticas e políticas. Além disso, a situação também demonstrou o comprometimento da RPF ao colaborar com a movimentação (DALLAIRE, 2004).

No entanto, durante os preparos da missão, foram observadas possíveis violações por parte da RGF em relação aos termos do Acordo da Área Segura de Kigali, que estabelecia que a movimentação de tropas e armamentos só poderia ocorrer com a permissão e escolta da UNAMIR. Porém, observadores militares relataram movimentações suspeitas de armamento pesado nas proximidades da zona acordada, bem como o treinamento de milícias dentro da área de segurança, expondo a fragilidade da confiança entre as partes, levando a UNAMIR a redobrar a vigilância e reforçar a presença de observadores militares no terreno (DALLAIRE, 2004).

Ao assumir o complexo do Conselho Nacional do Desenvolvimento em Kigali, a RPF começou imediatamente a construção de uma estrutura subterrânea que perdurou pelos quatro meses seguintes, cavando trincheiras e reforçando estruturas contra ataques de artilharia, conectando-os com túneis de comunicação e construindo *bunkers*. Ainda que o processo de paz estivesse em andamento, ao que parecia, a RPF se preparava para uma possibilidade para a retomada da guerra, mantendo as aparências de cooperação com os Acordos de Arusha, enquanto se armavam para um eventual conflito. Ao tomar conhecimento da movimentação, Dallaire se encontrava determinado a evitar que a retomada das hostilidades se concretizasse, apesar das tensões cada vez mais crescentes.

Cumprindo os objetivos militares da primeira fase dentro do prazo estabelecido, apesar do desinteresse da comunidade internacional e das limitações e resistência por parte do DPKO, Dallaire aguardava a nomeação do governo de transição, que sofria constantes atrasos, e se empenhava em conseguir o envio de mais tropas para a segunda fase, alertando o Secretário-Geral que a falta de apoio logístico expunha sua tropa a riscos desnecessários, solicitações as quais mais uma vez foram negadas. No relatório dos últimos três meses, Dallaire buscou manter um tom construtivo e otimista, considerando o êxito na primeira fase, na intenção de obter o apoio necessário. No entanto, Booh-Booh, na versão final do documento encaminhado ao Conselho de Segurança, abrandou a narrativa de Dallaire, convertendo-a em um progresso lento, mas constante (DALLAIRE, 2004).

4.4 A *Interahamwe* e o Mandato

Em Janeiro, comprovando as informações da carta que alertava sobre a possibilidade de um massacre recebida em Dezembro, Dallaire se deparou com o testemunho de um novo informante da RGF. Com o codinome “Jean-Pierre”, o informante afirmava ser instrutor militar encarregado de treinar os milicianos da *Interahamwe*, a “terceira força” que vinha agindo nos bastidores da escalada de tensões em Ruanda por meio de episódios de violência em massa. Além disso, também forneceu informações precisas sobre depósitos de armas em Kigali, destinados a distribuição futura. A presença destes armamentos violava diretamente a Área de Segurança de Armas em Kigali (DEVONSHIRE, 2012).

Além disso, Jean-Pierre contou que a *Interahamwe* estava infiltrada na Guarda Presidencial, e que captava aldeões para a formação de uma milícia treinada, que mais tarde se articulava diante de um plano de ataque, recebendo ordens para a elaboração de listagem de Tutsis para serem exterminados. O informante reafirmava seu ódio pela RPF, no entanto, se horrorizou ao descobrir o plano de criação de uma série de equipes assassinas capazes de cometerem um massacre, matando milhares de Tutsis em Kigali em apenas 20 minutos após o recebimento da ordem para tal. Além disso, complementou que essa estratégia estava acontecendo ao redor de todo o país, e tinha como objetivo o assassinato de opositores políticos, jornalistas, ativistas e aqueles que apoiavam o Acordo de Arusha, mesmo que fossem Hútus (DALLAIRE, 2004).

Com base na gravidade das denúncias, Dallaire comunicou imediatamente o DPKO, deliberadamente contornando Booh-Booh, visto que sua ação estava amparada pelo Mandato da missão, com a intenção de realizar uma operação de apreensão do armamento. A mensagem enviada, na concepção de Dallaire, não era um pedido de autorização, mas sim uma notificação de ação iminente. No entanto, a resposta do DPKO veio de maneira veloz e categórica: o DPKO vetou a operação, alegando que ela violaria o Mandato da UNAMIR, instruindo Dallaire a repassar a informação ao Presidente, sob o pretexto de garantir transparência. Tal decisão enfraquecia a autoridade da missão, e se demonstrava inerte diante da distribuição do armamento, acelerando os preparativos para o massacre à espreita (DEVONSHIRE, 2012).

Dallaire se desapontou com o veto, uma vez que a apreensão destes armamentos fortaleceria a presença da UNAMIR, sinalizando a comunidade internacional um controle efetivo da situação em Ruanda, de modo que o contrário aconteceu. A informação pública de que a missão tinha conhecimento desta situação, mas não agia diante da mesma, agravou a tensão no território. Além disso, Dallaire descobriria mais tarde que seus alertas sequer chegaram ao Secretário-Geral, situação a qual pode ser considerada uma falha estrutural

incompreensível no sistema da ONU. Nos meses seguintes a informação dos armamentos, Ruanda viveu uma oscilação entre tensão e estabilidade, com mais episódios de violência em fevereiro, e uma certa calma em março, que apontava o prenúncio de um dos episódios mais violentos na história da humanidade (DEVONSHIRE, 2012).

No dia 6 de abril, o avião do Presidente de Ruanda, Juvénal Habyarimana, que viajava acompanhado de seus assessores e do Presidente do Burundi, ambos Hútus, foi derrubado enquanto sobrevoava Kigali, situação a qual foi interpretada por muitos como um ataque terrorista da RPF. Diante das especulações acerca da organização da *Interahamwe* e seu objetivo de “limpeza étnica”, o evento serviu como o estopim para o início imediato dos massacres em larga escala ao redor do país. Diante da escalada de violência nos dias seguintes, a UNAMIR se encontrava em uma situação crítica que ultrapassava as possibilidades de atuação sob um Mandato de *peacekeeping*. A busca por proteção por parte dos refugiados aumentava vertiginosamente, ao ponto de que os locais de abrigo da missão se tornavam alvo de emboscadas, tiroteios e bombardeios. Sem capacidade militar para proteger a população e o próprio contingente de forma efetiva, Dallaire reconhecia que a neutralidade das forças da missão era insustentável diante do extermínio sistemático de uma etnia (DALLAIRE, 2004).

A neutralidade representada pelos nossos capacetes azuis estava sendo seriamente questionada. Era apenas uma questão de tempo até que minhas tropas se vissem obrigadas a enfrentar, em combate direto, as hordas assassinas dos *Interahamwe* (Dallaire, 2004, p. 430, tradução nossa).

Conforme os massacres⁶ se intensificavam, Dallaire reconhecia que a missão se encontrava em uma situação que demandava a atuação sob o Mandato de *peace-enforcement*, argumentando que, caso a ONU tivesse como objetivo interromper o massacre e resgatar civis em ameaça, era imprescindível que o Mandato da missão fosse alterado. No entanto, mesmo diante do relato de que contingentes da missão entregariam civis aos assassinos por não estarem autorizados a utilizar o armamento, as autoridades da ONU aprovaram planos para redução do contingente, com a justificativa de que isso pressionaria as partes beligerantes a aceitarem um cessar-fogo, ao invés de reagir à catástrofe humanitária com

⁶ Embora o genocídio em Ruanda represente um dos eventos centrais para a compreensão da atuação da UNAMIR, este trabalho não tem como objetivo explicar detalhadamente todo o processo que culminou nos massacres de 1994. O foco recai sobre a análise das ações e limitações da missão no terreno. Para estudos aprofundados sobre o genocídio em si, ver: GOUREVITCH, Philip. *We Wish to Inform You That Tomorrow We Will Be Killed With Our Families: Stories from Rwanda*. Picador, 1998

robustez, assumindo uma postura profundamente desconectada da realidade no terreno, recusando-se a compreender a gravidade do genocídio em curso (DALLAIRE, 2004)

A situação na qual Ruanda se encontrava poderia ser prevista pelo DPKO diante dos relatos de Dallaire, e ter sido prevenida de acordo com as prerrogativas das Nações Unidas. Para que esse cenário pudesse se concretizar, três fatores deveriam convergir: uma força de inteligência e comunicação, para alertas precoces e planejamento; medidas preventivas por meio da capacidade de intervenção; e a vontade política de utilizar ambos os recursos. No entanto, no caso em Ruanda, o último fator se encontrava ausente no cenário da missão, embora os dois primeiros estivessem presentes, com a presença de uma missão, sob o Mandato de contribuir para a segurança no país (DORN, MATLOFF, MATTHEWS, 1999).

Diante disso, há evidência de que as limitações estruturais, políticas e operacionais da UNAMIR refletiram não apenas a fragilidade das operações da ONU diante de crises humanitárias iminentes, mas também a dissonância entre o planejamento institucional da missão e a realidade em campo. A atuação de Dallaire, marcada por persistência e senso de urgência, revela que a missão detinha informações estratégicas que poderia ser utilizadas para conter o genocídio, as quais não foram devidamente consideradas diante de entraves burocráticos, ausência de vontade política e um Mandato incompatível com a gravidade da situação. Desse modo, a UNAMIR se tornou um retrato de uma operação de paz condenada a atuar em um vácuo de ação efetiva, em que a neutralidade imposta colidiu com a urgência em proteger vidas humanas, configurando um dos casos mais emblemáticos de fracasso coletivo da comunidade internacional sob a égide das Nações Unidas. (DORN, MATLOFF, MATTHEWS, 1999).

5. Conclusão

A análise do contexto histórico das missões de paz dos anos 1990, bem como do conflito em Ruanda diante da perspectiva do *Force Commander* Roméo Dallaire, permite a exploração de uma visão crítica em relação à atuação das Nações Unidas por meio das operações de *peacekeeping*, especialmente diante das chamadas operações de segunda geração e a crise de confiança impulsionada pelos fracassos de *peace-enforcement* na Somália, na Bósnia. No caso específico da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), a inércia institucional que caracterizou a atuação do Departamento de Operações de Paz (DPKO) e do Secretariado das Nações Unidas, é contrastada pela liderança de Dallaire.

Ao explorar concepção da missão, é possível chegar à conclusão de que a missão exigia um Mandato mais robusto e um contingente superior ao aprovado, uma vez que existia um otimismo inicial dissonante da situação complexa importa no território ruandês. No entanto, Dallaire demonstrou sua disposição em adaptar a missão diante das exigências em terreno, como a criação de uma rede informal de inteligência custeada por ele, com monitoramento redobrado das violações do cessar-fogo e as propostas de reformulação das *Rules of Engagement*, ações as quais sequer foram consideradas pelos superiores das Nações Unidas.

Desse modo, a figura e atuação do *Force Commander* se opõem a narrativa tradicional que enquadra a UNAMIR como um fracasso unânime, uma vez que sua condução militar se pautou no comprometimento, visão estratégica e sensibilidade política e cultural, aspectos os quais se demonstraram fundamentais para o cumprimento dos objetivos iniciais da missão, especialmente na primeira fase, por meio do êxito tático na operação “*Corridor Clean*”, que concretizou o estabelecimento de uma zona segura em Kigali, visando facilitar a implementação de um governo de transição.

A dinâmica de contraste da liderança de Dallaire também pode ser exemplificada a nível pessoal diante da liderança civil, quando a atuação do *Head of Mission*, Jean-Jacques Booh-Booh se tornou um agravante na dissonância entre a realidade do conflito em Ruanda e as percepções na sede das Nações Unidas, recusando a autorização de movimentações decisivas, demonstrando não apenas negligência, mas aparente conivência diante de uma neutralidade suspeita. Enquanto isso, Dallaire se encontrou em diversos momentos com a necessidade de preencher a inabilidade de Booh-Booh, articulando o diálogo entre setores moderados das frentes conflituosas, e mantendo canais de comunicação abertos, mesmo quando a retórica dos acordos não mais correspondia as movimentações nos bastidores.

Os desafios enfrentados, como o golpe de Estado no Burundi e a queda do avião do Presidente de Ruanda, impactaram diretamente no prosseguimento da missão diante dos objetivos específicos originalmente definidos, que visavam a reestruturação política da região. No entanto, diante da ameaça declarada, e informada aos superiores à missão, a UNAMIR manteve-se orientada pelo propósito de promover a segurança, operando inclusive de modo a prevenir ou agir diante de um genocídio, demonstrando capacidade e disposição para cumprir suas atribuições, desde que recebesse apoio necessário.

Diante disso, considerar que a UNAMIR falhou apenas em termos de limitações materiais, demonstra negligência a importância dos elementos de agência e decisão na condução da missão por parte do DPKO. Deve-se levar em consideração que, a atuação de

Dallaire sempre detinha de alternativas viáveis diante de um contexto de limitação e escassez, as quais em sua totalidade foram conscientemente ignoradas diante de uma organização que se absteve de assumir riscos políticos em prol da proteção da humanidade. Situação a qual é exemplificada na negligência assumida pelo veto na formulação de uma operação para o confisco de armas, medida a qual poderia ter enfraquecido a atuação da *Interahamwe*, e talvez até mudado o curso dos eventos de culminaram no genocídio.

Além disso, a possibilidade de alteração no Mandato da missão permite explorar cenários nos quais a missão poderia ter sido eficaz diante do contexto violento. No entanto, a recusa do Conselho de Segurança em autorizar o uso da força para além da autodefesa, mesmo diante da iminência de um massacre, aponta para uma desconexão entre a retórica idealista da comunidade internacional acerca da proteção dos direitos humanos, e a prática política das grandes potências, fazendo do caso de Ruanda não apenas um caso exemplar da impotência internacional, mas sim das consequências da indiferença estratégica diante da humanidade em risco.

6. Referências

BACCI, Laís Gama P. **The Limits of UNAMIR and its Consequences on Evolution of Peace Operations**. Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science. Vol. 3, n. 12. 2023.

BACHMANN, Klaus. **A History of Rwanda: from the Monarchy to Post-Genocidal Justice**. Routledge Studies in the Modern History of Africa. New York. 2023.

BELLAMY, Alex J. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press, 2004.

BIGATÃO, Juliana de Paula Bigatão. **Manutenção da Paz e Resolução de Conflitos: respostas das Nações Unidas aos Conflitos Armados Intra-Estatais na Década de 1990**. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”. São Paulo. 2009.

BONIKOWSKY, Laura Neilson. **Roméo Dallaire and the Rwanda Genocide**. Toronto: Altitude Publishing, 2008.

CLAPHAM, Christopher. **Rwanda: The Perils of Peacemaking**. Journal of Peace Research. Vol. 35. n 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/425520?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 11 de Mar, 2025.

COULON, Jocelyn. **Whatever Happened to Peacekeeping?** Canadian Defence and Foreign Affairs Institute. Toronto. 2010.

DALLAIRE, Roméo. **Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda**. New York: Carroll & Graf, 2004.

DEVONSHIRE, Sarah. **The True Measure of Success: The Leadership of Roméo Dallaire in the United Nations Assistance Mission for Rwanda.** Genocide Studies and Prevention: an International Journal. Vol. 7, Iss. 2., 2012. Disponível em: <https://digitalcommons.usf.edu/gsp/vol7/iss2/5>. Acesso em: 10 de Abril, 2025.

DIEHL, Paul F. **Peace operations: war and conflict in the modern world.** Cambridge: Polity Press, 2008.

DORN, Walter; MATLOFF, Judith; MATTHEWS, Jennifer. **Preventing the Bloodbath: Could the UN have Predicted and Prevented the Rwandan Genocide?** Journal of Conflict Studies, v. XIX, n. 2, 1999.

HAMILTON, Leigh. **The United Nations and the protection of civilians in african conflicts.** Department of Political Studies. University of Cape Town, 2014.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. **Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais.** Revista Debates, Porto Alegre, 2015.

HODZIC, Hazim. **Lessons Learned: United Nations Peace Enforcement Operations After the Cold War.** Peace Operations Training Institute, Program of Certificate of Training in Peace Support Operations. Bosnia and Herzegovina, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda.** New York: HRW, 1999. Disponível em: https://www.hrw.org/legacy/reports/1999/rwanda/Geno1-3-05.htm#P121_49244. Acesso em: 20 abr. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **The Rwandan Patriotic Front.** New York: HRW, 1999. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/Geno1-3-02.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Backgrounder on Justice and Accountability in Rwanda.** New York: HRW, 2006. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/africa/rwanda0406/4.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

KHDIAGALA, Gilbert M. **National Intelligence Council Project on Intervention in Internal Conflict: The Case Of Rwanda.** African Studies Program. The Johns Hopkins University. Washington, D.C. 2001.

MELVERN, Linda. **Conspiracy to Murder: The Rwandan Genocide.** London: Verso, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** San Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 1 abr. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatórios do Conselho de Segurança sobre a Missão UNAMIR.** Nova York: ONU, 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda para a Paz**. Nova York: ONU, 1992. Disponível em: https://main.un.org/securitycouncil/sites/default/files/en/sc/repertoire/89-92/Chapter%208/GENERAL%20ISSUES/Item%2029_Agenda%20for%20peace_.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

UNITED NATIONS. **Capstone Doctrine: United Nations Peacekeeping Operations – Principles and Guidelines**. New York: DPKO, 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

UNITED NATIONS. **United Nations Force Headquarters Handbook**. New York: DPKO, 2014. Disponível em: [https://resourcehub01.blob.core.windows.net/\\$web/Policy%20and%20Guidance/corepeacekeepingguidance/Thematic%20Operational%20Activities/Military/United%20Nations%20Force%20Headquarters%20Handbook.pdf](https://resourcehub01.blob.core.windows.net/$web/Policy%20and%20Guidance/corepeacekeepingguidance/Thematic%20Operational%20Activities/Military/United%20Nations%20Force%20Headquarters%20Handbook.pdf). Acesso em: 13 abr. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 872 (1993): Establishing the UNAMIR**. New York: UNSC, 1993. Disponível em: <https://www.refworld.org/legal/resolution/unsc/1993/en/113210>. Acesso em: 21 abr. 2025.

UNITED STATES. **National Security Archive: Rwanda Genocide – Final Transcript Day 2**. Washington, D.C.: George Washington University, 2024. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB508/docs/Rwanda%20Final%20Transcript%20Day%202.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

WALLENSTEEN, Peter. **Understanding Conflict Resolution: War, Peace and the Global System**. London: Sage Publications, 2006.